

NOTA:

Rio de Janeiro: Recortada e Segregada¹

Antonio Carlos FERREIRA JÚNIOR², João Lima SANT'ANNA NETO³, Márcio José CATELAN⁴.
UNESP- Presidente Prudente

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir e analisar alguns aspectos ambientais-urbanos da cidade do Rio de Janeiro e também a espacialização do processo, conhecido como segregação sócio-espacial, desencadeado por meios capitalistas, é bastante peculiar, devido às especificidades naturais e históricas dessa metrópole. Capital do Império por alguns anos, abrigou a família real portuguesa e toda a corte que lhes acompanhou para a vinda ao Brasil no século XIX. No que tange aos aspectos naturais da cidade, o fato da mesma ter se desenvolvido entre o mar e as montanhas acarretou uma série de impactos ambientais-urbanos, com desdobramentos nos aspectos econômicos e sociais, conforme constatamos na realização da análise bibliográfica e em nossas visitas a campo. Ao final visualizaremos como a coexistência das dinâmicas naturais e sociais, somada a fatores, políticos e econômicos, foram direcionadas na construção de um espaço urbano recortado e segregado.

Palavras-chaves: Espaço Urbano, Urbanização, Rio de Janeiro, Ambientais-Urbanos e Segregação Sócio-espacial.

Abstract: The aim of this article is to discuss and analyze some urban-environmental aspects of Rio de Janeiro city and also the spatialisation of the process known as socio-spatial segregation, unchained by capitalist methods. This process is so peculiar due to the natural and historical specificities of that metropolis. Having been the Empire Capital City for

¹ Este trabalho é resultado de reflexões teóricas e atividades empíricas desenvolvidas durante a disciplina trabalho de campo, intitulada Relação Cidade-Campo, ministrada pelo Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto, para os alunos do 3º ano de graduação em Geografia.

² Aluno do 5º ano do Curso de Bacharelado em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente. E-mail: antoniokrlos@hotmail.com.

³ Professor Doutor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente.

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente. E-mail: mjcatelan@yahoo.com.br.

some years, it housed both the Portuguese Royal family and the court that followed them in the coming to Brazil on the 19th century. Concerning the natural aspects of the city, its development between the sea and the mountains is a fact caused sorts of urban-environmental impacts, with implications in the economic and social aspects, as we have noticed by both the bibliographical analysis and our visits to the city. In the end, we shall visualize how the coexistence of the natural and social dynamics, added to economic and political factors, have been directed to the construction of a courted and segregated urban space.

Key-words: Urban Space, Urbanization, Rio de Janeiro, Urban-Environmental facts, Socio-spatial segregation

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, por muitos anos, foi considerada a maior metrópole da América Latina, Capital do Império por alguns anos, abrigou a família real portuguesa no século XIX. Sua história de ocupação e constituição no sítio urbano é complexa devido às suas características naturais associadas a fatores sociais, políticos e econômicos no processo de espaço urbano.

No que tange aos aspectos naturais o fato da mesma ter se desenvolvido entre o mar e as montanhas, um espaço topográfico com uma geomorfologia bastante acidentada, por conta de uma ocupação que visa o progresso e o crescimento territorial da cidade, pouco preocupada com fatores ligados à dinâmica natural acarretou uma série de impactos ambientais-urbanos, com desdobramentos nos aspectos econômicos e sociais da cidade. Toda essa complexidade desencadeou um processo de urbanização peculiar marcado por uma segregação sócio-espacial em várias áreas da cidade, seja em favelas, bairros, condomínios de luxo ou praias privatizadas.

Por isso esse texto tratará da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, estabelecendo um panorama histórico que facilite a compreensão do espaço urbano atual. Assim como, os contrastes e os conflitos estabelecidos pela relação entre as dinâmicas natural e social.

No tópico seguinte abordaremos o processo de segregação sócioespacial na cidade do Rio de Janeiro. Apresentaremos algumas considerações a respeito das favelas (surgimento e consolidação desse padrão de moradia para a população de baixa renda) e das praias, palco do embate entre o público e o privado.

1. A urbanização do Rio de Janeiro

A forma do espaço urbano do Rio de Janeiro, por seus aspectos naturais e sociais, bem como a inter-relação entre esses, chamou atenção, em 1908, do literário Coelho Neto que escreveu um artigo no Jornal “A Notícia”, criando pela primeira vez o jargão “Cidade Maravilhosa”, que veio a ser principal slogan da cidade. O termo se referia às belezas naturais e a seus contornos urbanos. Sem dúvida a forma urbana chama atenção nessa cidade, mas será que ela ainda ostenta esse slogan?

Para que possamos compreender a evolução urbana dessa metrópole, e também pensar a configuração urbana, faz-se necessário a apreensão do processo histórico que resultou na forma e no conteúdo urbano da cidade.

Villaça (1998), ao tratar do processo de urbanização do Rio de Janeiro nos remete ao século XIX, quando se iniciou a ocupação da orla oceânica da cidade pelas camadas de mais alta renda, sobretudo com a chegada da família real. E Abreu (1997, p. 35) complementa:

A vinda da família real impõe ao Rio uma classe social até então praticamente inexistente. Impõe também novas necessidades materiais que atendam não só os anseios sociais dessa classe, como facilitem o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passa a exercer.

Os anseios sociais e econômicos somam-se à independência política e ao advento da cultura cafeeira, características de uma nova fase de expansão econômica atraindo trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros. É nesse período que se observa a transição de uma sociedade patriarcal, escravocrata e colonial para uma sociedade com características capitalistas - uma nova estratificação social, uma nascente burguesia e classe média urbana.

O mesmo autor ainda destaca a introdução do bonde de burro e do trem a vapor como importantes no processo de urbanização e expansão territorial da cidade causando assim, a separação e/ou afastamento dos usos e classes sociais. O autor comenta: “*Os bondes e o trem permitiram a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia, induzindo o desenvolvimento urbano do Rio*” (Abreu, 1997, p. 37). E ainda caracteriza o período de 1870 a 1902 como a fase da 1ª expansão acelerada da malha urbana e a etapa inicial de

um processo em que essa expansão passa a ser determinada, principalmente pelas necessidades de reprodução de certas necessidades do capital, tanto nacional como estrangeiro. Mesmo porque, este período é também marcado pela expansão das atividades industriais da cidade.

Concentrada, *a priori*, no centro da cidade, a atividade industrial era predominada por pequenos estabelecimentos industriais de baixo nível de mecanização, dedicados à fabricação de calçados, chapéus, confecções, bebidas e mobiliário e que, exigiam um número elevado de mão-de-obra. Além dessa, o comércio se espalhava pela área central apoderando-se de casarões centenários remanescentes que passavam a ser utilizados como bares, lojas, oficinas etc (Abril S.A. Cultural, 1985, p. 36).

Neste contexto emerge o problema habitacional, uma vez que a cidade já detinha um adensamento populacional considerável. Abreu (1997, p. 57) destacou alguns fatores que influenciaram o processo de urbanização no Rio de Janeiro:

O final do século XIX coincidiu também com o esgotamento do sistema escravista, com o conseqüente declínio da atividade cafeeira na Província do Rio de Janeiro e com o grande afluxo de imigrantes estrangeiros. Resultou daí um processo de crescimento populacional acelerado via migração, que agravou consideravelmente o problema habitacional da cidade, pois levou ao adensamento ainda maior dos cortiços⁵ e ao recrudesimento das epidemias de febre amarela que assolavam a cidade esporadicamente.

Com a preocupação de um possível agravamento da questão habitacional e seus desdobramentos na dinâmica da cidade, o Poder Público juntamente com as empresas privadas, resolve subsidiar a reprodução da força de trabalho, concedendo isenções de impostos sobre a importação de materiais de construção e concedendo terrenos e edifícios as empresas dispostas a construir moradias populares.

⁵ Sobre as inúmeras habitações coletivas do Rio de Janeiro, recomenda-se a leitura da obra “**O Cortiço**” de Aluísio Azevedo, publicado em 1890, que ilustra bem o cenário urbano nessa época, e também, de cunho mais científico: CHALHOUB, Síney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Segundo esse autor, no ano de 1889 foi criada a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, de Arthur Sauer, aproveitando as vantagens oferecidas pelo Estado. Esta empresa foi responsável pela criação de diversas “vilas operárias” construídas tanto no centro da cidade como nas áreas mais afastadas, porém não eliminou o problema dos cortiços.

Na primeira década do século XX, marcada pelo rápido crescimento da economia brasileira decorrente da intensificação das atividades exportadoras e da integração cada vez maior, do país no mercado internacional, surge a necessidade de um rearranjo espacial nas cidades de maior importância econômica.

Coube ao Prefeito Francisco Pereira Passos a execução da reforma urbana conhecida como “A Reforma Passos”, realizada em apenas quatro anos (1902-1906). Esta reforma tinha como finalidade principal resolver as contradições presentes no espaço urbano e adequá-lo às condições urbanísticas de uma grande cidade, tomando como modelos grandes cidades européias como Londres e Paris.

O Brasil era então um país em que a ordem, o progresso e a civilização pareciam de fachada, e as continuidades ancoravam a República Velha nas antigas oligarquias dos Estados. Problemas políticos e sociais ainda permaneciam, mas a intenção de fazer uma “cidade maravilhosa”, uma imagem do Brasil para o mundo, ainda era mais evidente. O prefeito Pereira Passos tinha como objetivos “*remodelar o porto, alargar as ruas mais movimentadas, derrubar os pardieiros, desafogar o centro*” (Abril S.A. Cultural, 1985, p. 50).

Abreu (1997, p. 60) ressalta bem este período:

Era preciso criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômicas e políticas nacionais. [...] Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas e transformá-la num verdadeiro símbolo do “Novo Brasil”.

A Reforma Passos que para Souza (2003) foi “*autoritária em seus métodos e conservadora em seus objetivos*”, já que a meta era modernizar a cidade e não torná-la mais equitativa e socialmente justa. Entre as principais ações estavam a criação de novas avenidas, o alargamento das principais ruas do centro como, por exemplo, a Avenida Rio Branco (antiga Avenida

Central); traçada para fazer a ligação de “mar a mar” cortando a cidade, da Prainha (atual praça Mauá) à praia de Santa Luzia (atual rua Santa Luzia), era um símbolo, um estandarte concreto da modernidade. Embelezaram-se várias praças do centro e da zona sul, canalizaram-se córregos, valorizando as áreas centrais, fator preponderante no processo de segregação sócio-espacial, que veremos à frente. Com isto a população mais pobre passou a ocupar os subúrbios e os morros, desprestigiados como local de residência, dando origem a um novo padrão de habitação popular - a favela.

No decorrer do período 1906 – 1930, a evolução urbana da cidade é caracterizada por uma profunda estratificação social e pela conseqüente expansão dos subúrbios que, ao contrário das áreas nobres da cidade, “*se realiza praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada pela total ausência de benefícios urbanísticos*” (ABREU, 1997, p. 142).

Com as mudanças citadas pelo autor acima, podemos observar que a cidade do Rio de Janeiro passou por uma reestruturação urbana objetivando-se tornar uma “cidade maravilhosa”. Conde (2003), destacou que essa cidade, desde a colonização, passou por diversos “Movimentos de urbanização”, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Movimentos de urbanização do Rio de Janeiro

- Abertura (heróica)
- 1º movimento (lento e paciente) - século XVIII
- 2º movimento (dramático) - início do século XIX
- 3º movimento (presto) - final do século XIX
- 4º movimento (apoteótico) - 1900 a 1925
- 5º movimento (onírico-racional) - 1925 a 1930
- INTERVALO (longo e estável) - 1930 a 1955
- 6º movimento (esbaforido) - 1955 a 1965
- 7º movimento (grandiloqüente) - 1965 a 1975
- 8º movimento (sussurrado, a princípio) - 1975 a 1990
- 9º movimento (caprichoso) - 1990 a 2003

Fonte: Conde, 2003

O mesmo autor ainda destaca o período de meados da década de 1960 aos anos 70, quando ocorreu um dos maiores movimentos urbanos, caracterizado por grandes obras. Nessa época, foram construídos o metrô, o Elevado do Joá (para a Barra da Tijuca) e a Ponte Rio-Niterói. *"Historicamente no Rio, os projetos combinaram a criação de novas estruturas e a adaptação e melhoria do que já existia, sempre na tentativa de re-humanizar os espaços públicos da cidade"* (Conde, 2003).

A paisagem urbana da cidade sofreu muitas modificações e sua "combinação" entre a estrutura urbana com o meio natural ainda é muito expressiva no olhar e no 'habitar' da cidade do Rio de Janeiro. Os três grandes maciços orogênicos que constituem a paisagem natural da cidade: O maciço da Tijuca, o maciço da Pedra Branca e o maciço do Mendanha e a forma de como foi produzido o espaço urbano sobre o ambiente natural confirma a ideia de "cidade maravilhosa", no entanto esse slogan não se aplica à interação da materialidade urbana com o meio natural quando se refere às condições sócioambientais e de qualidade de vida urbana.

Por isso para ampliarmos a discussão em torno do processo de urbanização dessa cidade devemos discutir os contrastes e conflitos que se apresentam no atual processo de urbanização.

1.1- Aspectos Ambientais-Urbanos

A incorporação dos elementos naturais (hidrografia e relevo) através da estruturação e da prática urbana tem criado impactos que são ambientais e sociais, por sua característica homogênea entre as ações sociais e urbanísticas à incorporação dos elementos naturais. A cidade do Rio de Janeiro representa essas características de interação e apropriação dos elementos naturais num processo contínuo e histórico determinado pelo fenômeno urbano.

Por possuir um relevo bastante acidentado com presença de maciços rochosos sua geomorfologia é um fator muito presente nas condições urbanísticas e conseqüentemente nos problemas ligados aos impactos socioambientais e ao planejamento urbano.

Numa apropriação direcionada por agentes produtores do espaço urbano, públicos e privados, sobre imposições econômicas e políticas, fez da cidade do Rio de Janeiro, uma expressão da segregação sócio-espacial com áreas extremamente degradadas, visto que muitos bairros da cidade e principalmente as favelas não dispõem de meios de consumo coletivo-

infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos. Fatos históricos como a Reforma Passos, realizada no governo de Pereira Passos (1903 a 1906) e depois a perda de prestígio por conta da transferência da capital brasileira para Brasília são condicionantes importantes para se compreender as condições ambientais-urbanas dessa cidade.

Souza (1993, p. 123) aponta para a situação atual e verifica uma questão importante na cidade carioca dizendo que

[...] segundo uma estimativa pretendidamente realista, que entre 1/5 e 1/4 da população do município do Rio vive em favelas (o percentual de população favelada em relação ao total da metrópole é um pouco menor), a insalubridade, a qual também está presente em muitos loteamentos irregulares da periferia metropolitana, é, com efeito, um dos problemas ambientais mais relevantes da metrópole carioca, diretamente vinculado à pobreza e à segregação residencial.

Isto decorre do crescimento da população e ineficácia nas ações do planejamento urbano quanto ao controle social e das infra-estruturas urbanas responsáveis pelo bem-estar da sociedade devida à organização das práticas urbanas como habitabilidade e mobilidade. A geomorfologia influenciou sobremaneira as ações do público e privado na produção do espaço, já que os espaços menos propícios à moradia como, as encostas de morros e margens de rios e canais foram ocupados pela população pobre, com a criação de favelas ou mesmo loteamentos irregulares e/ou clandestinos.

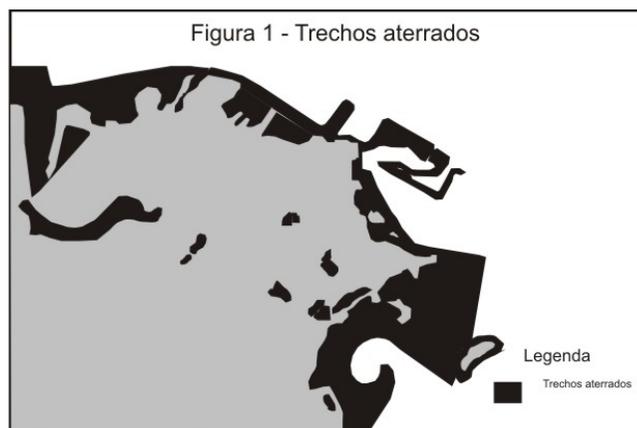
Com os problemas de habitabilidade e mobilidade existem outros como a intensa degradação ambiental. Esse problema dá-se na maioria das cidades brasileiras, com mais expressividade nas cidades grandes e metrópoles como o Rio de Janeiro. No espaço urbano carioca ocorre muitos problemas que são comuns ao fenômeno da urbanização-eliminação da cobertura vegetal, excesso de impermeabilização, bloqueio da drenagem natural das águas pluviais, canalização de córregos, acúmulo de lixo etc.

Souza (1993, p. 119) comenta o caso citado acima destacando que o [...] processo de expansão do tecido urbano do Rio de Janeiro foi, desde o começo, o de uma dura luta contra os obstáculos naturais. A plástica imagem de uma cidade situada entre o mar e a montanha

descreve uma situação que, na realidade, representou um desafio para o crescimento urbano. A expansão da cidade foi obstaculizada por pântanos e morros. Para vencer essa bela, mas difícil topografia, pântanos e charneças foram drenados e morros desmontados.

A plástica imagem da cidade carioca sustenta, como já discutimos anteriormente, o seu marketing urbano de “cidade maravilhosa”. Seu embelezamento está associado à idéia de um planejamento progressista voltado ao desenvolvimento econômico que privilegia certas áreas em detrimento de outras.

As transformações no meio natural para adequar alguns pontos a condições urbanísticas decorrem de uma urbanização voltada para interesses muito mais sociais do que ambientais. No figura 1 podemos observar as áreas aterradas através do processo de desmonte de alguns morros.



Fonte: www.unb.br/acs/unbagencia

As áreas mais escuras são os trechos que foram aterrados. Obviamente as áreas onde são realizadas esse tipo de obra não são destinadas às camadas mais pobres do Rio de Janeiro. Aqui podemos afirmar que enquanto áreas são aplainadas com gastos exorbitantes para o poder público, outras muito mais íngremes, são ocupadas pela população de baixa renda de forma alheia ao planejamento urbano, além de algumas bastantes íngremes que são ocupadas pelas classes mais abastadas, essas, no

entanto, com o apoio de técnicas e infra-estruturas necessárias para se evitar problemas de deslizamentos etc.

O “City Marketing” existe em duas instâncias nessa cidade: a bela paisagem de uma cidade estruturada sobre e entre as montanhas e morros, como se fosse uma conquista do homem sobre a natureza e também pelo fato de conviver com enormes conglomerados de favelas. É importante destacar que muitas vezes as favelas são escondidas atrás de belos condomínios e hotéis em fotos e imagens na mídia, com ângulos que privilegiam paisagem natural e urbanística, principalmente quando se refere à propaganda para incentivar o turismo.

O Plano Diretor Decenal da cidade (instituído a partir da Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992) no que tange ao ordenamento territorial do município cita:

Art. 38 O território municipal será ordenado para atender às funções econômicas e sociais da Cidade, de modo a compatibilizar o desenvolvimento urbano com o uso e a ocupação do solo, suas condições ambientais e a oferta de transportes, de saneamento básico e dos demais serviços urbanos. (Lei Complementar nº 16 de 04/06/1992 - art.38).

O mesmo documento destaca que a ordenação do território se realizará através do planejamento contínuo e do controle do uso e da ocupação do solo (art. 39), sendo que, essa regulação (do uso e da intensidade do solo) sempre levará em conta os seguintes aspectos:

- I – os elementos naturais e culturais da paisagem e do ambiente urbano;
 - II – a segurança individual e coletiva;
 - III – a qualidade de vida;
 - IV – a oferta existente ou projetada de:
 - a) saneamento básico;
 - b) transporte coletivo;
 - c) drenagem;
 - d) outros serviços urbanos essenciais.
- (Lei Complementar nº 16 de 04/06/1992 - art.40).

O crescimento da área urbana do Rio de Janeiro associado ao aparecimento das favelas apresenta um desafio ao poder público e órgãos

responsáveis ao planejamento urbano que é o controle e manutenção de infra-estruturas e equipamentos urbanos.

A infra-estrutura urbana influi diretamente no bem-estar da população e também nos impactos socioambientais. Além do Rio de Janeiro contar com os escorregamentos de massa, também existem problemas oriundos da própria expansão territorial descontínua, em muito influenciada pelo relevo. Este fato acarreta maiores gastos com implantação de infra-estruturas, visto o aumento da dimensão territorial da cidade e a disposição acidentada do relevo. Outro impacto se apresenta bastante relevante nessa cidade – a segregação sócio-espacial.

2- Rio de Janeiro: recortada e segregada

Iniciamos nossa argumentação em torno da segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro, baseado na consideração de Caldeira (2000), que se refere ao fenômeno da segregação social e espacial nas cidades. Para a autora a

segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Uma das características marcantes da cidade do Rio de Janeiro, assim como de qualquer metrópole brasileira é o processo de segregação sócio-espacial. Villaça (2001) deixa claro que entender este conceito se faz fundamental para que se possa compreender a organização espacial urbana de qualquer cidade grande ou metrópoles. Como vimos na citação de Caldeira (2000) a segregação é uma característica importante para compreendermos o processo de produção do espaço urbano, visto a incorporação nesse processo, de padrões baseados na diferenciação e separação social, influenciando significativamente o cotidiano e a vida urbana.

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro as camadas de mais alta renda estão ocupando a orla da praia enquanto as camadas menos providas de renda foram e ainda estão sendo destinadas aos morros ou as áreas mais desvalorizadas.

Villaça (2001, p. 157) explica que esse processo nos remete ao início do século XIX, período de chegada da família real na cidade:

Desde a chegada de Dom João VI, começou a se constituir na capital do reino, depois Império, uma estratificação social já típica de uma sociedade urbana capitalista, com dimensões e práticas sociais que se revelaram suficientes para dar início a alguma segregação espacial de seus bairros residenciais.

Antes de se consolidar na orla oceânica, a elite carioca se localizava próxima ao centro da cidade ou em alguns bairros residenciais localizados praticamente fora dos limites da mesma. Com o desenvolvimento do sistema de transporte e com o conseqüente processo de aproximação dos bairros em relação ao centro, evidencia-se uma ocupação mais intensa por parte das camadas de alta renda nos mesmos locais onde a antiga elite ocupava – no centro e em direção ao oeste da cidade.

A ocupação da orla da praia está associada tanto à sensação de bem-estar, frescor, quanto à disseminação do costume de se banhar no mar e também à paisagem oceânica. Além da orla da praia, neste mesmo período, observa-se a permanência da classe alta carioca no Bairro da Tijuca, localização essa, afastada do centro principal. Aliás, com o passar do tempo as atividades econômicas (comércio, empregos e serviços) antes localizadas no centro, transferiram-se em direção a Botafogo, para o eixo Leblon-Copacabana (Zona Sul) e mais tarde para Barra da Tijuca, acarretando, necessariamente o deslocamento de pessoas (VILLAÇA, 2001).

No que tange aos bairros populares e inclui-se nesse aspecto a favela, a localização dos mesmos se deu inicialmente na região central (nesse caso inseridos nas regiões de alta concentração da elite) e posteriormente, nas periferias (decorrente da expulsão das residências da área central devido à valorização do terreno para fins residenciais).

No caso do Rio de Janeiro, a ocupação dos comércios e dos serviços nas edificações do centro, somada às reformas urbanas (alargamento de avenidas, construção de obras públicas) desalojou tanto as camadas de mais alta renda quanto às camadas populares, sendo que os pobres se alojaram nos subúrbios e/ou nos morros e as camadas de alto padrão socioeconômico nos arredores do centro.

Villaça (2001) aponta que, já em 1890, a população que residiam em subúrbios perfaziam um total de 18% da população total e ratifica a idéia

de que o surgimento dos subúrbios (como forma de inserção espacial das camadas de mais baixa renda) do Rio remonta ao século XIX.

Atualmente, os subúrbios e as favelas ocupam parte considerável da cidade, até mesmo dividindo o espaço com edifícios residenciais de alto padrão ou com hotéis luxuosos. Quanto aos ricos, estes estão encurralados atrás dos muros dos condomínios fechados em ótimas localizações, servidos por um número bem maior de meios de consumo coletivo, trazidos e exigidos por eles. Aqui se evidencia claramente outro tipo de segregação sócio-espacial “[...] nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns” (CALDEIRA, 2000, p. 211). A autora ainda cita a denominação referida a esse processo – “enclaves fortificados”.

Em nosso debate e também da autora citada, devemos destacar a distinção e a complementariedade do conceito de segregação sócio-espacial e exclusão social. Apesar de nosso enfoque estar sobre o primeiro, há necessidade de esclarecermos que na cidade do Rio de Janeiro, também a exclusão social é processo e via de análise na produção do espaço urbano. Como essa cidade possui uma camada expressiva, cuja condição socioeconômica é a pobreza, seu histórico, como já nos referimos, é associado à capacidade que medidas político-econômicas, pautadas pelos princípios da segregação e da exclusão sócio-espacial – possuem de recortar e segregar a cidade.

Em nossa discussão, influenciada por nossas referências bibliográficas e também pela forma como apreendemos em nossas visitas a campo, destacaremos as favelas e as praias como recursos espacializados na cidade carioca para entendermos o conceito e a prática de segregação sócio-espacial.

2.1- As Favelas pelo conceito de Segregação Sócio-Espacial

Preocupados com uma definição precisa a respeito do conceito de favela utilizaremos a definição encontrada no Plano Diretor da cidade:

Favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em

desconformidade com os padrões legais. (Lei Complementar nº 16 de 04/06/1992 - art.147).

O próprio histórico de formação das favelas cariocas é consequência das ações de intervenção do poder público. Conforme Chalhoub (1996) a destruição do cortiço “Cabeça de Porco”, localizado na área central do Rio de Janeiro, despejou ex-escravos urbanos que passaram a se localizar em áreas de vertentes devido ao alto custo da habitação na área urbana da cidade, como demonstra a passagem descrita por Chalhoub (1996, p. 17):

O prefeito Barata, num magnânimo rompante de generosidade, mandou “facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a tirada das madeiras que podiam ser aproveitadas” em outras construções. De posse do material para erguer pelo menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá mesmo por detrás da estalagem.

O autor ainda descreve ser esse o momento histórico - o fim da era dos cortiços e o início da construção de favelas na cidade do Rio de Janeiro, atualmente, uma condição cotidiana para a população carioca.

Essa condição é bastante problemática na cidade já que, segundo Souza (1993), baseado nos dados do Instituto de Planejamento do Rio de Janeiro - IPLANRIO, há (aproximadamente) 573 favelas cadastradas, o que significa 17,7% da população da cidade do Rio de Janeiro. Ainda, o referido autor destaca que a “razão para a localização em encostas é econômica: trata-se de locais que, via de regra, sempre foram desprezados pelos privilegiados urbanos como área de residência...” (SOUZA, 1993).

Muitos desses locais são morros como o maciço da Tijuca e Alto da Boa Vista e também algumas encostas à beira-mar como o Joá. Existem também, áreas como as margens de córregos que não são passíveis de serem edificadas.

De acordo com a problemática que este tipo de situação representa para a cidade, algumas diretrizes específicas foram elaboradas no Plano Diretor Decenal de 1992, com o intuito de promover a implantação de programas de urbanização e regularização fundiária dessas favelas. Os artigos 148, 149 e 150 ilustram as intenções do poder público no tratamento do problema:

Art. 148 A urbanização e a regularização urbanística e fundiária serão realizadas mediante intervenções graduais e progressivas em cada favela, para maximizar a aplicação dos recursos públicos e disseminar os benefícios entre o maior número de habitantes.

Art. 149 As favelas integrarão o processo de planejamento da Cidade, constando nos mapas, cadastros, planos, projetos e legislação relativos ao controle do uso e ocupação do solo, e da programação de atividades de manutenção dos serviços e conservação dos equipamentos públicos nelas instalados.

Art. 150 O programa garantirá a permanência dos moradores na favela beneficiada, pela imposição de restrições ao uso e ocupação do solo e de outros instrumentos adequados (Lei Complementar nº 16 de 04/06/1992).

Entendemos que as ações e as políticas discutidas devem minimizar, sobretudo, duas problemáticas que verificamos com este trabalho: a conflituosa relação entre o ambiente construído e os elementos naturais e a forte segregação urbana que assolam o espaço urbano carioca.

Outro motivo que estimula o processo de segregação sócio-espacial é o uso e ocupação do espaço que compreende as praias já inseridas no tecido urbano. Nesse espaço o debate está voltado ao público e ao privado.

Há áreas de auto-segregação da elite (é o caso dos condomínios fechados próximos à praia, sobretudo na Barra de Tijuca), processo já debatido acima com Caldeira (2000), ou locais com estabelecimentos comerciais predominantemente voltados para a população de alto poder aquisitivo: o número e a proximidade de shoppings Centers e Supermercados na Barra da Tijuca impressiona.

2.2-As praias pelo conceito de Segregação Sócio-Espacial: o público e o privado

No caso das praias há um embate entre o público e o privado, o rico e o pobre, o social e o econômico. As praias, inseridas no espaço urbano

do Rio de Janeiro estão completamente voltadas aos interesses econômicos e, principalmente, às atividades turísticas. Por isso, há um interesse do governo municipal e estadual em direcionar obras públicas para as áreas ao redor das praias.

Os melhores hotéis, restaurantes, bares, infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos como avenidas, coleta de lixo, limpeza das ruas, telefonia, transporte público etc, estão nessa área pretendendo atender um forte fluxo de residentes e muito mais de turistas. Além das praias, existem pontos de interesses ao melhoramento das condições urbanísticas por ser tornarem cartões postais da cidade no “City Marketing” como, por exemplo, o Cristo Redentor, o Pão-de-Açúcar (observado da praia vermelha), os Arcos da Lapa etc.

A proximidade das favelas com as áreas de classe média e alta sugere a existência de uma relação e/ou um convívio harmonioso entre essas duas realidades distintas. Porém essa proximidade é apenas física. O pobre “assusta” os ricos e os encurralam atrás dos muros dos condomínios fechados, em busca de segurança e que se proliferam nas áreas mais prestigiadas.

Com isso as praias que se encontram na área urbana do Rio de Janeiro vem sendo alvo de uma segregação direcionada e comandada pelo setor privado frente à submissão do poder público e/ou apadrinhamento político-econômico.

Podemos observar nessa discussão que o processo de segregação urbana pode ocorrer dentro de muitos interesses e por vários motivos. Tanto na aglomeração de favelas e loteamentos irregulares como na utilização privada de bens públicos e coletivos como as praias, são exemplos de uma segregação premeditada e estipulada por aqueles que constroem uma cidade recortada, no caso do Rio de Janeiro, não apenas por barreiras determinadas pelos elementos naturais como o relevo, mas principalmente, uma cidade recortada pelo processo de segregação sócio-espacial, oriunda de interesses sócio-econômicos e políticos de parte da sociedade que vive intensamente a reprodução das classes sociais.

Considerações Finais

No decorrer desse trabalho analisamos as implicações surgidas com a produção da cidade do Rio de Janeiro. Além dos contrastes e conflitos observados pela relação entre as dinâmicas natural e social, também

buscamos entender o processo de segregação sócio-espacial, que apreço como um fenômeno intenso na metrópole carioca.

A expansão territorial urbana da cidade revela todos os processos e todas as reformas (ou movimentos) de urbanização pelo qual a cidade foi submetida. A mais significativa de todas foi a Reforma Passos, entre 1902 e 1906 que, com o intuito de repaginar a cidade, tomou medidas higienistas, abriu grandes avenidas e removeu centenas de cortiços do centro da cidade. Essa, como já trabalhamos, foi responsável por disseminar um modelo de habitação já consolidado na cidade carioca que é a favela – um padrão de habitação voltado para a população de baixa renda, e também determinou aqueles que poderiam viver na área central - os ricos.

Por isso o conceito de segregação faz-se muito importante para entender a configuração espacial e social nessa cidade.

Quanto aos problemas das favelas, consultada e analisada a legislação urbana do município, notou-se que as diretrizes para promover a implantação de programas de urbanização e regularização fundiária dessas áreas estão presentes no Plano Diretor, porém, as ações do poder público estão muito aquém do que se apresenta no documento.

As diretrizes e leis responsáveis pelo uso e ocupação do solo urbano são muitas vezes ludibriadas pelos interesses de agentes como especuladores imobiliários e também por aqueles que são excluídos economicamente e, por isso, utilizam movimentos organizados de ocupação de áreas a serem loteadas, lotes ou edificações sem uso social para habitação, e assim alcançar seus direitos de cidadãos.

Quanto ao padrão das favelas constatamos que houve mudanças nos materiais e na forma de como construir. Os barracos de madeira deram lugar às casas de alvenaria, a iluminação, em alguns locais está deixando de ser clandestina e algumas já atingiram o status de comunidade (o caso da Rocinha); além disso, há uma considerável diversidade de estabelecimentos comerciais e de serviços devido à extensão territorial e ao adensamento populacional desses locais. Porém muitas dessas comunidades ainda sofrem com ausência de infra-estruturas, equipamentos e serviços públicos.

Em muitos locais da cidade encontramos variados exemplos de contrastes entre o público e o privado como é o caso da privatização das praias por condomínios e grandes hotéis, como favelas ao lado de luxuosos condomínios. Entre esses, há muitos no Rio de Janeiro, causados pela forma de estruturação da cidade do ponto de vista urbanístico inserida no contexto da segregação sócio-espacial, numa separação clara no morar e viver urbano.

Além das diferenciações territoriais e socioeconômicas a cidade possui outra característica muito forte que é a sua espacialização sobre uma área urbana de topografia extremamente acidentada. Em muitos lugares como o Aterro do Flamengo é um exemplo de um desafio e um impacto sobre o ambiente. Onde se localiza atualmente, houve um desmonte do relevo (Figura 1, p. 09), como já trabalhamos durante o desenvolvimento do trabalho, e isso ocorre em vários lugares da cidade pela ação antrópica que descobre as encostas acelerando o processo de intemperismo culminando em deslizamentos de massa.

As favelas representam e causam boa parte das transformações do espaço urbano carioca, no entanto o aparecimento de loteamentos de luxo provoca grande influência na ocorrência dos problemas ambientais. Muitos problemas que encontramos no Rio de Janeiro decorrem da enorme disparidade entre as classes sociais e do poder público numa atuação ineficaz do planejamento urbano, visto que sua enorme complexidade espacial.

Contudo a análise que podemos realizar do fenômeno urbano carioca é, sem dúvida, relevante na contextualização dos temas que regem a estruturação urbana do Rio de Janeiro. Conflitos socioeconômicos, ambientais, históricos, de interesses diversos, perfazem uma cidade recortada e segregada.

A cidade do Rio de Janeiro é recortada não só pelo relevo, mas em grande medida, pela divisão entre classes sociais. É sem dúvida uma “Cidade Maravilhosa”, como diz seu slogan proposto ao marketing urbano, e na mesma intensidade apresenta seus contrastes e conflitos no processo de construção do espaço urbano.

Bibliografia

ABREU, Maurício. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Objetivo, S/D.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade e muros: crime, segregação e cidadania**. (Tradução de Frank Oliveira e Henrique Monteiro). São Paulo: Editora 34 e EDUSP, 2000.

CHALHOUB, Síney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONDE, Luis Paulo. **Rio de Janeiro (sempre) em mutação.** Rio de Janeiro: <http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0703-04.htm>. 2003.

MESENTIER, Leonardo. **O patrimônio no centro da metrópole: Rio de Janeiro, final do século XX.** Revista Patrimônio- Revista eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Rio de Janeiro, 2005.

PAUGAM, Serge. **Pobreza, Exclusão e Desqualificação Social.** (In) KOVARICK, Lúcio; et al. Por uma Sociologia da Exclusão Social: o Debate em Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999. p. 115-125.

PROENÇA, Graça. **História da Arte.** São Paulo: Editora Ática, 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992.** Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

SERRA, Geraldo. **O Espaço Natural e a Forma Urbana.** São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.